

**X LEGISLATURA
ACTA Nº 102/X/4ª SL**

Aos dezassete dias do mês de Fevereiro de 2009, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR), na Sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, tendo como Ordem do Dia os seguintes pontos:

1. **Audição do Senhor Ministro da Economia e da Inovação**
2. **Votação do Relatório sobre o "Acompanhamento dos Processos das Contrapartidas"**
3. **Plano de actividades do Grupo de Trabalho – Sector Automóvel e Transportes em Geral**
4. **Distribuição do Projecto de Lei 656/X - "Cria o Conselho Superior do Turismo como órgão permanente do Conselho Económico e Social."**
5. **Outros assuntos:**
 - Expediente
 - Informações

A Ordem do Dia foi alterada, tendo os trabalhos sido iniciados pelo Sr. Presidente da CAEIDR no ponto 2 da Ordem do Dia, referente à **Votação do Relatório sobre o "Acompanhamento dos Processos das Contrapartidas"**. O Sr. Deputado Ventura Leite informou que, na sequência da audição de 3 de Fevereiro do Sr. Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e das Comunicações, o Grupo de Trabalho – Acompanhamento das Contrapartidas, não tinha propostas de alteração ao Relatório a apresentar. O Sr. Deputado Jorge Seguro pediu um esclarecimento quanto ao facto de o Sr. Ministro se ter disponibilizado para enviar à Assembleia da República informação sobre algumas questões relativas a matéria constante do referido Relatório. O Sr. Presidente recordou a interpelação feita na reunião de 3 de Fevereiro pela Sra. Deputada Rosário Águas e das questões que colocou. Informou que o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares transmitiu a chegada à Assembleia da referida informação, mas que esta ainda não fora despachada para a CAEIDR, o que aconteceria ainda no próprio dia. Nesse sentido, solicitou ao Grupo de Trabalho uma tomada de posição. O Sr. Deputado Hugo Velosa deu conta de não se opor a conhecer mais informação sobre a matéria constante do relatório e, conseqüentemente, a não se opor igualmente ao adiamento da votação do Relatório. O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que o documento não iria, provavelmente, trazer novos elementos, mas não se manifestou contra o adiamento da votação. O Sr. Presidente recordou ser necessário o consenso para adiar a votação. O Sr. Deputado Jorge Seguro considerou que, independentemente da posição dos relatores, seria benéfica a análise de informação adicional ao Relatório, pelo que propôs o adiamento por uma semana da votação do mesmo. Havendo consenso generalizado, o Sr. Presidente informou que a votação seria inscrita na Ordem do Dia da reunião ordinária seguinte.

No ponto 3 da Ordem do Dia, relativo ao **Plano de actividades do Grupo de Trabalho – Sector Automóvel e Transportes em Geral**, o Sr. Presidente deu conta da prática habitual da CAEIDR de aprovar os Planos de Actividade dos diferentes Grupos de Trabalho. O Sr. Deputado Ventura Leite deu conta do historial de constituição do Grupo de Trabalho e do lapso relativamente ao facto de o respectivo Plano de Actividades não ter sido em tempo enviado à Mesa da CAEIDR. O Sr. Deputado Agostinho Lopes concordou com a intervenção anterior. Informou, adicionalmente, da existência de Deputados da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (COPTC) que questionam a abrangência deste Grupo de Trabalho, sugerindo que o Presidente da CAEIDR contactasse o seu homólogo da COPTC com vista a dirimir este assunto. O Sr. Deputado Hugo Velosa sugeriu que, para além do mandato original, o Grupo de Trabalho abordasse a situação actual do sector automóvel, no contexto da crise. O Sr. Presidente recordou o Requerimento do PS para constituição do Grupo de Trabalho, e o seu respectivo âmbito, e considerou que o Plano de Actividades apresentado procura responder ao objecto do Requerimento.

Considerou que a actividade do Grupo de Trabalho, já em desenvolvimento, e que se debruça sobre questões específicas, se deveria concluir. O Sr. Deputado Ventura Leite recordou o mandato recebido pelo Grupo de Trabalho, muito vocacionado para as questões energéticas, e que o Relatório intercalar, a submeter à CAEIDR, levantaria questões e eventuais recomendações, uma das quais poderia ser a sugerida pelo Sr. Deputado Hugo Velosa. A Sra. Deputada Alda Macedo deu conta da abstenção do BE, pelo seu não acompanhamento da matéria. O Sr. Deputado Afonso Candal interrogou a Mesa sobre o limite temporal do mandato do Grupo de Trabalho, tendo o Sr. Deputado Ventura Leite recordado ter solicitado à CAEIDR o adiamento do mandato de modo a terminar audições, apontando para Março a apresentação do Relatório. O Sr. Deputado Afonso Candal considerou que seria útil definir uma data para a apresentação do Relatório Final, de modo a balizar a actividade do Grupo de Trabalho e da própria CAEIDR, tendo também em conta a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Lopes sobre a COPTC, pelo que propôs o mês de Março para a apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho. O Sr. Deputado Ventura anuiu, recordando que apenas na elaboração do Plano de Actividades os membros do Grupo de Trabalho se deram conta do manancial de trabalho a desenvolver. O Sr. Presidente sugeriu aos membros do Grupo de Trabalho o esforço no sentido de terminarem a elaboração do Relatório até meados de Março. O Plano de Actividades foi, então, submetido a votação, tendo sido aprovado com os votos favoráveis do PS e PCP e abstenções do PSD e BE, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

No ponto 4 da Ordem do Dia, referente à **Distribuição do Projecto de Lei 656/X - "Cria o Conselho Superior do Turismo como órgão permanente do Conselho Económico e Social"**, o GP do PS indicou a Sra. Deputada Hortense Martins para elaboração do parecer à referida iniciativa legislativa.

No ponto 5 da Ordem do Dia, relativo aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente deu conta do expediente. O Sr. Deputado Agostinho Lopes solicitou que, relativamente à Petição 549/X/4^a, de que é relator, fosse enviado ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares um ofício solicitando parecer sobre o conteúdo da petição, solicitação que foi aceite.

De seguida, o Sr. Presidente passou ao ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Audição do Sr. Ministro da Economia e da Inovação (MEI)**, dando as boas-vindas ao Sr. Ministro. De seguida, tratando-se de uma audição regimentalmente prevista, deu a palavra ao Sr. Ministro para uma intervenção inicial.

O Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Ministro a intervenção efectuada e deu a palavra aos Grupos Parlamentares.

Começou por intervir o Sr. Deputado Hugo Velosa, considerando que o Sr. Ministro deveria ter falado da crise interna e das medidas de combate do Governo. Realçou o esquecimento a que foram votadas as Micro e PME entre 2005 e 2007, considerou que o Plano Tecnológico era bom mas insuficiente, considerou que os PIN e os investimentos públicos eram feitos sem criterização. Questionou o MEI sobre o impacto real na economia das medidas em curso, o número de empresas salvas e a eventual necessidade de outras medidas. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas. No final, o Sr. Deputado Hugo Velosa efectuou uma interpelação à Mesa para dar conta da ausência de respostas e do facto de o Sr. Ministro não dever colocar, ele próprio, questões aos Grupos Parlamentares. Na sequência da interpelação, o Sr. Ministro prestou informações.

De seguida, usou da palavra o Sr. Deputado Afonso Candal, que saudou a relevância conferida pelo Governo à promoção das energias renováveis, nomeadamente quanto à energia eólica e à energia hídrica, considerando que, no contexto da crise, se deverá promover o reforço da actuação das políticas públicas e que o apoio deve dirigir-se ao apoio a empresas e salvar o emprego. Questionou, de seguida, o Sr. Ministro, sobre o Plano de apoio ao sector automóvel, o apoio às PME, a execução do QREN e apoio à exportação no contexto do desenvolvimento da diplomacia económica e, enfim, o apoio ao investimento em Portugal,

acautelando as empresas nacionais. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas. Usaram, igualmente, da palavra, o Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação e o Sr. Secretário de Estado do Turismo.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes colocou questões sobre os custos de iniciativas do Governo de lançamento de iniciativas, a resposta a Requerimentos feitos pelo GP do PCP ao Governo, eventuais doações a um clube desportivo, despedimentos no sector corticeiro, incapacidade da Autoridade da Concorrência em fazer cumprir as regras da concorrência, o abuso de seguradoras a oficinas do sector automóvel, a privatização da gestão de espaços cemiteriais, as medidas do Governo para que o financiamento chegue às empresas, a necessidade de medidas sobre o preço de energia, a necessidade de adaptação e agilização do QREN, a redução do prazo para reembolso do IVA e, enfim, o funcionamento do Grupo de Trabalho criado em Dezembro de 2008 no âmbito do sector Têxtil. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas. O Sr. Deputado Agostinho Lopes efectuou uma interpelação à Mesa solicitando que o Sr. Ministro respondesse às questões colocadas.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Diogo Feio, que deu conta das diferenças de intervenção entre o Sr. Ministro da Economia e da Inovação e o Sr. Ministro de Estado e das Finanças, os apoios futuros a conceder às empresas contra obrigação de manutenção do emprego, a desadequação da medida de majoração das contribuições para a Segurança Social em caso de contratação a termo, as condições de acesso das PME ao QREN, o critério para atribuição de apoios às empresas, a dificuldade de acesso das empresas ao financiamento, as linhas de crédito, o plano anti- crise e os efeitos previstos. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

Usou da palavra, seguidamente, a Sra. Deputada Alda Macedo, questionando o Sr. Ministro, nomeadamente, sobre o Plano Nacional de Barragens, a crise e os seus efeitos no mercado de trabalho, a necessidade de responder às especificidades de cada sector e região, a situação da Kimonda, o sector corticeiro, a actuação da Autoridade para as Condições de Trabalho. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, tendo colocado questões sobre as concessões feitas pelo Governo em diversos âmbitos da actuação na economia, a promoção do uso de mini-eólicas e painéis solares – e respectivo financiamento bem como as poupanças para os consumidores, as linhas de alta tensão e os problemas de ordenamento de território daí decorrentes. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente abriu, de seguida, uma segunda ronda de intervenções.

Usou, inicialmente, da palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa, que questionou o Sr. Ministro sobre quais os sinais de esperança na crise, as estatísticas muito negativas do turismo, sobre se as medidas anunciadas serão suficientes e, ainda, sobre o relatório do Banco de Portugal sobre concessão de crédito.

O Sr. Deputado Jorge Fão realçou a atitude determinada do Governo face à dificuldade conjuntural, tendo posteriormente questionado o Sr. Ministro sobre as previsões de impacto na economia sobre a política energética e, nomeadamente, a promoção do uso de painéis solares.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes efectuou, de seguida, uma interpelação à mesa sobre o modo de condução dos trabalhos, tendo posteriormente colocado questões sobre o evento desportivo já mencionado, sobre a situação do Grupo Amorim, a demora na actuação da Autoridade da Concorrência, o Grupo de Trabalho constituído pelo Governo para o sector Têxtil e, ainda, o problema do sector cerâmico.

O Sr. Deputado Helder Amaral questionou, por seu turno, o Sr. Ministro sobre se o Governo deveria ou não criar um Grupo de Trabalho para avaliar a situação de crise nos sectores mais afectados, sobre a ausência de encaminhamento das medidas para as empresas que mais necessitam, a necessidade de apoio ao sector automóvel e, ainda, as despesas associadas à realização de mega eventos.

A Sra. Deputada Alda Macedo considerou como não respondidas as questões por si colocadas quanto à crise e as respostas para o sector. Deu conta da crítica efectuada ao Projecto de Lei do BE referente a um Programa regional específico, questionando sobre que acção irá o Governo tomar relativamente a esta matéria. Questionou, ainda, o Sr. Ministro sobre os custos associados ao sector agrícola e sobre o porquê da mudança da Direcção-Regional de Economia do Centro de Coimbra para Aveiro.

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Almeida Henriques efectuou uma interpelação à Mesa para questionar o Sr. Ministro sobre a Linha PEM Investe III, o número de empresas abrangidas e o custo para o Orçamento do Estado. O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou não terem sido respondidas as suas questões sobre a situação das minas de Aljustrel, os despedimentos no grupo Amorim, os problemas do sector bancário, o preço da energia, o Grupo de Trabalho para o sector Têxtil, entre outras. O Sr. Deputado Helder Amaral questionou o Sr. Ministro sobre a utilidade da criação de uma comissão de avaliação das linhas de crédito. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas, tendo usado da palavra, igualmente, o Sr. Secretário de Estado do Turismo. O Sr. Deputado Agostinho Lopes usou da palavra para defesa da honra da bancada, considerando que o Governo deveria responder às questões colocadas e que não o fez, pelo menos no caso do GP do PCP, negando o direito dos GP a terem resposta às questões colocadas. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da CAEIDR agradeceu a presença e intervenções dos diferentes intervenientes e deu por terminada a audição do Sr. Ministro da Economia e da Inovação. A reunião foi encerrada às 19h40, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta acta.

Palácio de São Bento, 17 de Fevereiro de 2009.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Rui Vieira

Nota: Acta aprovada na reunião de 10 de Março de 2009.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Agostinho Lopes
- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- Francisco Madeira Lopes
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Hugo Velosa
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Maria Idalina Trindade
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Alda Macedo
- Carlos Lopes
- Diogo Feio
- Fátima Pimenta
- Horácio Antunes
- Jorge Almeida
- Jorge Fão
- Manuel José Rodrigues
- Miguel Laranjeiro
- Ricardo Gonçalves
- Teresa Venda

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- Duarte Lima
- Luís Fazenda

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- David Martins
- Mendes Bota
- Rosário Águas